

Americanismo e ação intelectual na Bahia: O “Projeto Colúmbia University” (1950)

Americanism and intellectual action at Bahia: “Projeto Colúmbia University” (1950)

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco

*Doutoranda em História pela
Universidade Federal da Bahia
laripenelu@gmail.com*

Resumo: Discutimos as concepções americanistas presentes no “Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – Colúmbia University” (1950), a partir das notas de Antônio Gramsci sobre americanismo e fordismo. Buscamos, nos chamados “cadernos 22”, as conexões intelectuais da Bahia dos anos 1950, com práticas políticas voltadas para uma postura democrática liberal ligadas a modelos norte-americanos. Conectamos trajetórias de personagens que atuaram junto à Secretaria de Saúde e Educação, como Otávio Mangabeira, Anísio Teixeira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, que articularam interesses locais com motivações acadêmicas e políticas estadunidenses, a partir da discussão da democracia e do desenvolvimento. Consideramos o governo Mangabeira (1947-1951) como o contexto chave para a instalação deste campo.

Palavras-chave: americanismo, intelectuais, história política.

Abstract: We discuss about americanist perspectives in the “Estado da Bahia Social Research Program – Colúmbia University” (1950), based in Antonio Gramsci notes written about the Americanism and Fordism. We searched, at the “cadernos 22”, bibliographic references to understand the Bahia and its intellectual connections, in the 1950’s with political actions allocated into the democratic attitude of the north-American models. We connect personal intellectual trajectories, whose people that worked at the Healthy and Education Secretary, like Otávio Mangabeira, Anísio Teixeira, Thales de Azevedo, Charles Wagley. These men coordinated local interests with academic and political American motivations, based in discuss about the democracy and development. The Mangabeira government (1947-1951) was the key for the consolidation of this field.

Keywords: americanism, intellectual, political history.

Introdução

“Dois norte-americanos agraciados com bolsas de estudo para o Brasil”, foi a chamada da nota do *Correio da Manhã*, que ressaltou que “um professor e um universitário de duas das mais importantes universidades dos Estados Unidos foram agraciados com bolsas de estudo para o Brasil”, sendo eles, o “Dr. Jacob Viner, professor do Departamento de Instituições Econômicas e Sociais, na Universidade de Princeton, em New York, e Rollie Poppino, estudante diplomado em História pela Stanford” (CORREIO DA MANHÃ, 11/05/1950: 3)¹. Viner veio ao Brasil proferir palestras no Rio de Janeiro e na USP, para espectadores interessados nas suas análises sobre economia internacional. Já Poppino, que recebeu bolsa para ir à Bahia, esta “concedida pela Fundação *Henry L. and Grace Doherty*”, ficou encarregado, pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1951), em pesquisar especificamente o município de Feira de Santana, dizia o *Correio*. O intercâmbio, para o “empreendimento”, foi facilitado, de acordo com os antropólogos que convidaram Rollie Poppino, pela visão das relações exteriores do governo de Mangabeira.

130

Este grande empreendimento, tornado possível graças ao espírito que presidiu a administração Octavio Mangabeira, é o resultado da cooperação técnica e financeira de importantes organizações administrativas, universitárias e científicas do Brasil, dos Estados Unidos e, podemos dizê-lo em referência à UNESCO, de todo o mundo (REVISTA DE ANTROPOLOGIA, 1954: 83).

Os convites feitos a pesquisadores americanos e franceses, para se conectarem com os estudos do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – Colúmbia University evocam diversas questões sobre a engrenagem das ciências sociais no estado e nos revelam a bilateralidade das relações entre Brasil e Estados Unidos no campo da cultura, o americanismo e a expectativa de intelectuais, na Bahia, em promover um diálogo com aspectos da cultura americana que lhes interessavam ao andamento de seus projetos políticos.

Trataremos aqui da postura do governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) como elemento chave da inclinação ao entrelaçamento com a política de expansão americana

¹ O *Correio da Manhã* mantinha intensa divulgação dos atos destes pesquisadores. A chegada de pesquisadores e convidados era sempre exposta em suas páginas.

no continente, através de agências de promoção de estudos sistemáticos sobre comunidades baianas selecionadas. A correlação deste cenário local com a difusão do americanismo, já levantado em outros estudos, aqui ganha uma revisão a partir da contribuição do pensamento de Antônio Gramsci a respeito do “americanismo”, versando sobre a importância da “ação intelectual” para a percepção da sua difusão e do fomento do diálogo de nações periféricas com o liberalismo e a propaganda democrática americanista.

Americanismo na Bahia: o papel do liberalismo udenista de Mangabeira

De acordo com Perry Anderson, as alianças por uma nova economia durante as Guerras Mundiais foram gerenciadas por grupos dominantes comerciais globais, que combateram as fronteiras nacionalistas intervencionistas. Sua leitura nos remete – mais do que um imperialismo calcado em ideologias – à remontagem de uma rede internacional complexa e, em diversas situações, de um discurso de salvaguarda da democracia e da Paz Americana, como de asseguramento de uma expansão econômica versátil e artilosa, que muitas vezes chegou a aceitar regimes nacionalistas e inclusive partidos comunistas (no campo considerado democrático), quando estes não interferiram na política comercial estadunidense. De acordo com ele, “As legitimações do expansionismo dos EUA haviam sempre formado um complexo móvel de *ideologemas*, cuja ordem e ênfase mudavam caleidoscopicamente de acordo com a conjuntura histórica” (ANDERSON, 2015: 41)²

Elevando a possibilidade de concessões políticas a Estados menores, cujas reproduções capitalistas garantissem o internacionalismo liberal como fundo político favorável aos negócios e, com pouco risco para os lucros do capital americano,

o Estado norte-americano agiria, doravante, não primariamente como uma projeção das preocupações de seu capital, mas como um guardião do interesse geral de todos os capitais, sacrificando – onde necessário e por tanto tempo

² No texto de Perry Anderson, *ideologemas* é um termo utilizado para mostrar que, apesar do conjunto da ideologia de expansionista que se baseava na noção chave de “segurança” e democracia, os estandartes principais da política externa americana ainda envolviam diretrizes comerciais e concepções sobre os tratados com nações com outras concepções políticas que não se deixavam transparecer em suas propagandas. Para Anderson, principalmente na Guerra Fria, estes *ideologemas* funcionavam para dentro, enquanto os grandes tratados eram montados com diversas nações, a despeito de suas escolhas político-ideológicas.

quanto fosse preciso – o ganho nacional por uma vantagem internacional, confiante em um saldo final positivo mais à frente (ANDERSON, 2015: 54).

Sendo assim, a convocação dos princípios liberais e suas “ideologemas”, como propõe Anderson, ocorreu conjunturalmente, de maneira a ser elucidado por diferentes grupos das classes dominantes nacionais periféricas, ao sabor de interesses políticos e disputas no interior das concepções sobre democracia destas mesmas nações, no ritmo da expansão comercial dos Estados Unidos sobre o mundo.

No caso brasileiro, podemos dizer que a forma da disputa por esta aproximação levava quase sempre em consideração as visões sobre os negócios com “os americanos” e com as suas noções de democracia e política, colocadas em comparação e disputa interna com os valores da república brasileira, por agentes considerados vanguardistas. Neste campo, é preciso ainda tratar das percepções sobre os modos de vida e a política estadunidense, por parte dos locutores brasileiros.

Elizabeth Cancelli tratou, por exemplo, dos “eixos de reflexão” montados no Sul dos Estados Unidos, em alguns importantes centros difusores de pensamento sobre o Brasil, como Vanderbilt, que influenciaram o pensamento de Gilberto Freyre. A agenda do autor de *Casa Grande e Senzala*, publicado em outras línguas, antes do português, teria sido elaborada a partir de algumas influências vividas pelo antropólogo brasileiro nos Estados Unidos, quando de seus estudos em Colúmbia, nos anos 1920. Neste sentido, tanto Freyre como alguns cientistas políticos brasileiros recorreram ao arcabouço de intelectuais norte-americanos, que refletiram, após o contexto de crescimento do capitalismo nos anos 1920 e da entrada dos Estados Unidos na Guerra, nos problemas das relações sociais internas daquele país. A segregação racial de outrora teria dado lugar a diversas tentativas de compreender possíveis saídas para a chamada “questão racial” e o Brasil tornara-se reconhecidamente uma realidade histórica para a qual se projetavam as comparações. A democracia racial, tal qual pensada por Freyre foi um arcabouço de grande locução com a realidade destas pesquisas e enfrentamentos teóricos, repercutindo, nos anos 1950, nas iniciativas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura) em adentrar o tema (CANCELLI, 2008).

Estes parâmetros colocavam em evidência a pauta de aproximação com a questão democrática das identidades e rebaixava combativamente a pauta das lutas dos partidos de esquerda, em um amplo terreno de debates e correntes de pensamento que tinham como tema as relações sociais na nação estadunidense.

É importante destacar que as correntes de pensamento mencionadas por Elizabeth Cancelli e de grande influência nos programas da UNESCO, contrapunham-se ao pensamento clássico de Alex Toqueville sobre a América, no sentido de que o puritanismo, tão influente na construção de valores “americanistas” até os anos 1940, passou a ser colocado de lado, em prol da “capacidade de assimilação” e de movimentação, encontradas na sociedade brasileira, tornando-se Gilberto Freyre um grande representante deste pensamento. Para ela, “Seguindo os preceitos de Freyre, nessa interpretação inversa ao consagrado escrito de Alexis de Tocqueville, o pragmatismo utilitarista do protestantismo era incompatível com as premissas que haviam facultado construir esta civilização diferenciada que era o Brasil” (CANCELLI, 2008: 7)

Portanto, nos anos 1950, após a fundação da UNESCO, todo um conjunto de revisitação das práticas consideradas utilitaristas e pragmáticas da sociedade estadunidense – o “americanismo”, nos termos usados por Antonio Gramsci, como explicaremos mais abaixo – calcava-se na crítica do pensamento puritanista e suas alegorias.

Apesar de ser artigo valioso da ideologia imperialista, as reflexões teóricas sobre a convivência entre as “raças”, já compunha, poderemos dizer, uma nova etapa dos circuitos dos “ideologemas” (ANDERSON, 2015) em garantir esforços interpretativos claros sobre a não aceitação dos conflitos políticos organizados à esquerda do capital, adotando-se a apresentação de soluções “pacíficas” no pós-guerra para a administração das lutas sociais. Isto ocorria porque, ao mesmo tempo que concluía versões sobre a “valorização da harmonização social entre negros e brancos” (CANCELLI, 2008: 15), tema de grande interesse para as relações sociais nos Estados Unidos nos anos 1950,

A obra de Gilberto Freyre vinha ao encontro da perspectiva renascentista do Sul dos Estados Unidos. As formas narrativas em *Casa Grande & Senzala* tiveram o encantamento de apresentar a harmonização desta forma de vida, numa perspectiva inclusive plástica com a natureza e o meio-ambiente, que fazia da nostalgia do século XIX e do modo português de estar no mundo – fraterno, plástico, tolerante, cristão –, um pano de fundo para o quadro mais geral de integração e presença marcante do negro em um ideal de civilização (CANCELLI, 2008: 14).

É como se as reflexões das ciências sociais dos anos 1950, que influenciaram o pensamento social brasileiro, já pudesse ser chamado de um antiamericanismo, já que o americanismo, em si, seria justamente a reverberação de valores pragmáticos e transformadores do homem/mulher trabalhador/trabalhadora, em suas mais diversas relações sociais, dentro e principalmente fora da fábrica, no cotidiano, nas relações sexuais, no comportamento público – controle do alcoolismo – que o tornasse mais produtivo, mas, sobretudo, mais consciente do seu papel de sistemático fornecedor de força de trabalho.

Em Antônio Gramsci, existe uma crítica do modo como o termo “americanismo” foi utilizado na Europa de modo pejorativo, como um “cosmético”, ele diria, associado a adornos, vindos de áreas que para ele seriam “atrasadas” do ponto de vista produtivo. Ou seja, para ele, com preconceito ou com aclamação, havia poucos estudos sobre a prática real da “economia pragmática” dos EUA. Americanismo, fordismo e modernização, por vezes, podem ser compreendidos como sinônimos em seus pensamentos, mas são aquilo que ele justamente julga por uma concepção externa ao funcionamento do americanismo/fordismo em si. O “americanismo”, portanto, reconduziria o trabalhador a um status de pessoa, ao ampliar a cadeia do controle e da coerção justamente com a extensão do aparato de influência em seu comportamento, na família, na educação, nas escolhas sexuais, no estabelecimento de limites para o seu lazer, o que Gramsci chamou pejorativamente de “Gorila adestrado”. Conectando o tema à necessidade de aprofundamento da visão sobre os projetos das classes dominantes de condução da hegemonia, o pensamento gramsciano atenta para a mobilização e disputa constante destes sujeitos em prol da montagem de engrenagens para a limitação da movimentação das classes subalternas em suas diversas formas de luta por emancipação coletiva ou cotidianas. Portanto, ensaiou questionamentos sobre a precisão da definição do americanismo, fora de seus circuitos reprodutivos:

O que hoje é chamado de americanismo é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero, é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais condenados pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do

próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem [...] (GRAMSCI, 2007: 280).

Gramsci, porém, não desenvolveu reflexões mais profundas sobre os movimentos civis nos Estados Unidos, e tomou a difusão dos valores da Ford e seus teóricos, como uma expansão concreta e pouco conflituosa, pensada pela ótica da construção da dominação, sem apresentar exatamente os termos de seus entraves. Talvez a ideia que Gramsci não tivesse contato ainda era que a contraproposta para a expansão do “americanismo”, viria sobretudo internamente³. Teria, portanto, o americanismo se erguido como uma “nova cultura”? Gramsci acreditou que não, pelo fato de que sua construção ainda estava em fase de elaboração de convencimento e de disputa dentro das próprias classes dominantes. Para ele, o americanismo, enquanto esta “nova estrutura que ainda não se formou” (GRAMSCI, 2007: 280), não compunha seus argumentos no puritanismo, simplesmente, mas numa nova moralidade, erguida sobre ações para a construção de um novo tipo de homem. Reação clara aos princípios individualistas clássicos, o fordismo/americanismo pressupunha uma estrutura de planejamento para o capital, na passagem “de um individualismo econômico para a economia programática” (GRAMSCI, 2007: 241) e na aproximação com a sociedade civil. Nos termos da “revolução passiva”, o capitalismo precisava se reerguer a partir de respostas para as iniciativas de Estado, após a Revolução de 1917, e apontar caminhos para a construção de um novo Estado para o capital, que racionalizasse a capacidade produtiva como um todo.

Ao questionar a recepção brasileira do “americanismo”, nos questionamos sobre o diálogo que alguns setores liberais construíram com o modo de vida americano e suas formas democráticas, assim compreendidas como esquemas para embate ou incorporação na vida social brasileira. Muitas vezes, alguns representantes de uma ou de outra escolha ideológica exerceram importantes funções de divulgadores e construtores destas versões interpretativas.

³ Visualizamos boa parte desta crítica entre o pensamento liberal imperialista, quando da reunião do grupo Mc Millam, narrada no livro de F. Hayek, “O caminho da servidão”, indicou novas metas para a superação da crise do capitalismo iniciada após 1929. Hayek escreveu, em 1941, um tratado de reagrupamento de metas liberais, a partir da retomada democrática contra o totalitarismo, em busca de um retorno ao individualismo e reconcebendo as questões no âmbito da iniciativa privada para pensar o Estado. Para ele, as democracias ocidentais teriam se aproximado das organizações típicas do nacional-socialismo que teria sustentado as iniciativas nazistas e fascistas. Suas questões se dirigiam aos pontos em que encontrou comparações entre o socialismo, a democracia e o socialismo praticado pelos Alemães e combatidos pelos aliados.

Aruã Lima destacou em sua dissertação como no início do Estado Novo, liberais baianos como Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira passaram a representar aproximações com os Estados Unidos na região (LIMA, 2009). Magalhães por exemplo, que fez parte de “uma lista de informantes estadunidenses” (LIMA, 2009: 29-30) foi relatado pelo autor como um liberal preocupado com uma imagem de democrata. Juracy Magalhães teria demonstrado que, muitas vezes, liberais e comunistas deveriam se aliar na conformação de princípios de funcionamento da democracia, especialmente na conjuntura da Segunda Guerra. Já Otávio Mangabeira tem uma série de episódios nos quais podemos encontrar suas vertentes americanistas, através do estudo de Aruã Lima, que indica mecanismos imperialistas de enraizamento, por intermédio de instrumentos sorrateiros de inserção na sociedade baiana, mesmo num estado considerado como distante, mas que apresentaria importância estratégica para as disputas regionais dentro do Estado brasileiro.

Este papel da Bahia na conjuntura de construção da política brasileira foi apresentado por Aruã Lima, através das mobilizações que fizeram os autonomistas baianos pelo confronto com o Estado Novo e por uma noção de democracia na primeira metade dos anos 1940, no campo que formou o udenismo. As perguntas de Aruã Lima ainda exigem mais debates sobre as formações próprias da prática democrática liberal no contexto da Bahia de então.

Logo após 1945, quando Otávio Mangabeira presidiu a UDN com o término do Estado Novo, foi eleito governador na Bahia em 1947 e defendeu, inclusive a legalidade do Partido Comunista frente ao contexto de retaliações na política nacional durante o governo do Estado Novo. Segundo Antonio Luigi Negro, “No começo de seu governo (1947-1951), defendeu – talvez retoricamente – a legalidade do PCB em um quadro institucional cada vez mais restritivo à organização da classe operária, vigente no governo Dutra (1946-1951)” (NEGRO, 2012: 142,143).

Suas formas de trato político com trabalhadores pela via da negociação direta em seu escritório ficaram conhecidas como engenhos de intervenção em prol da representação dos interesses “das massas”, antecipando-se às possibilidades de luta, ou seja, antes que os trabalhadores o fizessem, ou a esquerda, ou na tentativa de esvaziar as estratégias consideradas varguistas de representação dos interesses populares. Os objetivos de entrada da Bahia oligárquica na política federal teriam sido disputados, por exemplo, com empreitadas de aproximação com o governo Dutra (NEGRO, 2012).

Em 1949, a UDN e o PSD buscavam um acordo partidário que logrou uma série de encontros entre lideranças do PSD e da UDN, no Brasil e em Nova York. Prado Kelly, Nereu Ramos e Arthur Bernardes se reuniram na tarde de 7 de outubro para discutir os desfechos das inúmeras reuniões ocorridas naquele ano e que decidiram os nomes para a disputa da sucessão presidencial (A TARDE, 07/10/1949: 1). Havia uma articulação para que o nome de Otávio Mangabeira figurasse como instrumento de junção do eleitorado baiano e mineiro, com Bias Fortes, pelo PDS de Minas e Mangabeira como vice (A TARDE, 04/10/1949). Algumas semanas antes, Prado Kelly escreveu uma carta a Otávio Mangabeira, apontando estas mobilizações em prol de seu nome (KELLY, 26/08/1949), quando esteve em reunião com Dutra no Rio de Janeiro. Kelly, ao indicar para o então presidente o nome do baiano para a sucessão no executivo federal, considerou que o mesmo reuniria as qualidades de “principal articulador do esquema interpartidário” e da “pacificação política do país”. Kelly ouviu do presidente uma resposta positiva na avaliação, porém ponderada sobre o fato de que Mangabeira reunia também oposições entre pessedistas e “getulistas”. A UDN tinha pressa e expressou suas preocupações em adiantar o processo e não sucumbir diante das iniciativas dos setores trabalhistas em indicar novos nomes para a disputa junto ao PSD. Toda esta contenda aponta para a importância de Mangabeira no cenário nacional da UDN no contexto da redemocratização e do papel da Bahia na articulação da representatividade do esquema eleitoral que recolocaria a coligação na presidência.

As referências a Mangabeira como personagem do vínculo “americanista” e democrático, aclamado fora e dentro do país podem ser encontradas também na ampliação das versões elogiosas dos Estados Unidos na imprensa baiana, durante o seu governo. Como afirmou Raquel Silva, no artigo “A imprensa baiana e o Americanismo na Segunda Guerra (1942-1945)” (SILVA, 2017). Supondo a concepção de americanismo de Antonio Tota (2000) e mesmo do próprio Alex Toqueville para pensar as artimanhas de comparação entre a herança ibérica e anglófila na política, e as expectativas de mudança nos países da América do Sul, com o crescimento das ideologias oriundas do *American Way of Life*, Silva mencionou que

Dentre os componentes fundamentais do americanismo, pode-se citar a democracia, sempre associada aos heróis americanos e, em especial, às ideias de liberdade, direitos individuais e de independência, e progressivismo, vinculado à ideia de um mundo de abundância e à capacidade criativa do povo estadunidense (SILVA, 2017: 107).

A circulação das ideias em *A Tarde* e o *Diário de Notícias* apontaram, para a autora, percepções democráticas embasadas na campanha americana contra o Eixo. A americanização, como afirmou Silva – sustentada nos argumentos do próprio Antônio Tota (2000) – vinda das necessidades dos Estados Unidos de manter as ligações de mercado com o Brasil, encontrava apoio e reverberação nas colunas produzidas pela imprensa baiana. Esta, por sua vez, propriamente avançou, enquanto organização, na disputa por estas representações de interesses, quando assumiu posturas claras de afirmação sobre a busca de estreitamento de laços entre Brasil e Estados Unidos. Entram neste cenário, os cientistas sociais que se uniam à gestão Mangabeira na Secretaria de Saúde e Educação, sobressaindo-se o nome de Thales de Azevedo, médico, antropólogo e assessor de políticas públicas no estado.

É possível encontrar mais elementos para esta abordagem, em outras esferas, demonstrando como (1) a própria abertura de negociações de mercado, de circulação de dólares e trânsito diplomático, naquele contexto, indicaram uma maior intensidade de diálogo entre a Bahia e os Estados Unidos. Juntamente com este material, apontamos para (2) o Projeto Colúmbia, mecanismo de produção de saber construído através de um acordo bilateral, que associou acadêmicos norte-americanos em formação, de universidades estadunidenses, com as metas levantadas pela secretaria de Educação e Saúde do governo Otávio Mangabeira, na Bahia, em 1950.

Em materiais de correspondências privadas e oficiais, durante o Ministério do Exterior e do Governo da Bahia, em passagens diferentes da conjuntura nacional, pudemos observar o seu olhar liberal influenciador da política baiana e federal, como a facilitação de transações comerciais e intensificação da circulação no mercado externo, o que foi uma de suas metas, reveladas em carta para seu sucessor no governo baiano. Ao escrever para Simões Filho, em 1951, Mangabeira resumiu a sua gestão e expectativas futuras. O “relatório confidencial para o Dr. Simões Filho” informou que a Bahia precisaria continuar contraindo ajudas financeiras das rubricas do Título Quatro, assinado pelo governo Truman e solicitações ao governo federal, para “desenvolvimento” do estado. Para o governador, no término de seu mandato, a economia agrária e monocultora havia colocado a Bahia numa crise, em “dificuldades de ordem econômica”, análise que aliava a postura crítica do contingente da população “pobre, analfabeta e enferma”, destacando a necessidade de melhor proveito da “capacidade” do baiano em sair destas contendas (MANGABEIRA, 20/04/1951). Sem dúvida, durante o seu governo, a

intensidade das transações e remessas de dólares para compra de sacas de farinha de trigo, recebimento de substâncias para o tratamento da tuberculose, encomendas para a agricultura, algodão, algumas vezes necessitou inclusive da ampliação das cotas fixadas pelo governo americano, como podemos verificar nas diversas correspondências entre o governador e Berenguer Cesar, no consulado em Nova York. O erário disposto no Consulado muitas vezes não suportou o pagamento antecipado das remessas, o que levou Berenger a pedir que compras fossem interrompidas, ou que as cotas fossem ampliadas. Muitas vezes, ocorreram pedidos de recepção de viajantes baianos (MANGABEIRA, 14/09/1948). A recepção, no Consulado, dos empresários brasileiros e de capitalistas americanos ocorreu sistematicamente, como de prática daquele órgão, e a resposta baiana às idas de representantes dos interesses americanos também foi solicitada (BERENGER CESAR, SD)⁴.

Retornando alguns anos na sua carreira política, note-se que a sua anterior atuação junto ao Ministério do Exterior garantiu um intervalo político propenso para articulações amplas com Washington e com correspondentes em Nova York. No período de 1927-1930, iniciou-se uma costura das redes que marcaram sua trajetória posterior, como também podem ser visualizadas naqueles anos práticas que justificam suas posições contrárias ao governo Vargas posteriormente, como críticas ao movimento de 30. A constante crítica antigetulista foi marcante em sua história política.

Aruã Lima discutiu este período como forma de tatear as peças que encaixam Otávio Mangabeira ao conjunto de sujeitos que interferiram na concepção sobre o exercício do liberalismo no Brasil, porém vinculado a setores progressistas estadunidenses (LIMA, 2009). A união de O. Mangabeira com Juracy Magalhães fortificou um terreno político próprio, um conjunto ideológico que viria a ser alterado circunstancialmente por seus apoiadores:

Em outras palavras, um projeto político-ideológico mais ou menos delineado a ser seguido, alterado quando necessário por Antônio Carlos Magalhães, mas que inserisse a Bahia no mundo do capitalismo moderno lidando com as desigualdades sócio-raciais de modo a estabelecer as condições para reprodução da vida capitalista, inventando uma Bahia a qual existiu como

⁴ Nesta, Arthur Leslie Bagot-Gray fixar-se-ia na Bahia e é recomendado ao governador por Berenger. Este tipo de solicitação é uma constante na documentação, tanto referente ao Consulado em Nova York, como no Ministério das Relações Exteriores, mas verificamos uma especial atenção de Mangabeira sobre o tema, em sua gestão enquanto governador, tratando diretamente com os representantes do capital em Nova York.

forma de convencimento para uma coesão social, aos moldes dos nacionalismos (LIMA, 2009: 40).

A aproximação estratégica de Otávio Mangabeira com Anísio Teixeira foi interpretada por Aruã Lima como uma forma de estabelecimento de contato direto de um representante como Anísio Teixeira, um educador, progressista, em formação, com o governo de Goes Calmon na Bahia, quando o mesmo foi diretor de instrução e já indicava propostas para Reforma na Educação (LIMA, 2009). Teixeira tinha contato tanto com Otávio Mangabeira quanto abertura no governo de Góes Calmon. O autor não considerou que havia ainda um processo de aproximação entre Anísio Teixeira e as instruções reformistas do projeto civilizatório americanista. As práticas americanas de educação, chegavam na vida de Teixeira através de seus estudos, que o mesmo buscou, mas eram tratadas com cautela e curiosidade. Na documentação de apoio oferecido por Otávio Mangabeira para o suporte aos estudos de Anísio Teixeira, para Lima,

140

Não é por acaso que houve uma articulação do então Ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, para enviar Anísio Teixeira aos Estados Unidos em 1927, já que a ida deste para aquele país acabou por prover o Estado com um ideólogo da educação próximo politicamente tanto do ministro como do então governador Góes Calmon. A iniciativa de governos com tato na gestão racionalizada de gastos evidenciava uma tentativa de impor um novo ritmo à economia baiana e também implantar melhorias nos serviços públicos, inspirados em modelos europeus e estadunidenses. No entanto, tal tentativa sempre esbarrou nos limites da tradição de práticas políticas enraizadas que não tinham seu epicentro apenas nos bolsões sertanejos do estado mas também no corredor da Vitória (LIMA, 2009: 59).

A discussão mais aprofundada dos argumentos do autor nos encaminham para uma importante vertente de interpretação sobre as vicissitudes do liberalismo brasileiro e da prática udenista que se inicia em 1942, com a fundação da UDN, mas que envolve, sobretudo, expectativas dissonantes sobre a condução dos passos para o enraizamento da democracia no Brasil, ao sabor das disputas políticas regionais. A prática do liberalismo, do autonomismo baiano e, especialmente do “Americanismo” que se destaca no governo de Otávio Mangabeira na Bahia, ainda abre novas redes de compreensão do seu papel na história do Brasil, também provocados no campo da educação e da produção de saber.

A participação de Mangabeira na versão brasileira da revista americana *Reader's Digest* foi também apontada por Aruã Lima como entrada clara do udenista no projeto de expansão da visão estadunidense de democracia. Não encontramos ali uma relação de menção direta aos Estados Unidos neste vínculo, mas leituras próprias sobre os elementos políticos a serem incorporados na política nacional. Notadamente, Otávio Mangabeira não fez referências apologéticas aos Estados Unidos, como um leitor tipicamente “estrangeirista” das soluções para a democracia em seu governo, como afirmou o próprio Negro:

Em terra de desigualdades, Mangabeira restaurou segredos da formação social brasileira. Sem apelos a ideologias estrangeiras, sem o regime de força da direita, sem a impessoalidade da firma capitalista, ao recriar a ambiência de encontro entre os diferentes no espaço de uma casa-grande, voltava à política a sabedoria senhorial dos baianos sobre as relações cotidianas e íntimas (NEGRO, 2012: 150).

Mas era na prática real das saídas e acordos políticos e dos recursos disponibilizados pelo governo baiano que encontramos o “americanismo” mangabeirista. Na Secretaria de Saúde e Educação, o diálogo com os pesquisadores de língua inglesa colocou em outras dimensões, as da produção de cultura e análises sobre a realidade baiana, os valores que o imperialismo do pós-Guerra plantou nos quatro cantos do mundo. A tarefa ideologista de análise da recepção do americanismo parece estar presente nas análises que descartam a amplitude de atuação política liberal nos atos de criação de laços mais demarcados com os Estados Unidos, que se fazia para além da fala sobre o país e sua hegemonia. Já em Negro encontramos as artimanhas de uma política conciliatória de Mangabeira, que procurou findar com o paternalismo de uma maneira difícil para a direita udenista, calcado numa postura antivarguista e negociadora com o Partido Comunista, no pretexto “modernizador” da política da Bahia em pleno contexto pós-guerra. Podemos ver ainda, por dentro desta estrutura de análise, que a política mangabeirista era uma nítida alusão ao arquétipo estadunidense de recepção das demandas dos “cidadãos”. Seu governo visou estabelecer uma recepção do povo e seus queixumes sem que estas se confrontassem com a “legalidade” e com a “ordem” democrática”, ou precisasse buscar a mediação em suas representações coletivas, numa tentativa de silenciar a oposição e as esquerdas. Não deixar que os “subversivos” ganhassem a representação política das

“massas” e indicar posturas de esvaziamento da política getulista foram as marcas da arquitetura de seu governo. Seu tom era democrático, mas não deixou de simular, sobretudo, os interesses oligárquicos e indicava uma tentativa de contenção indireta da luta dos comunistas.

Ampliando a visibilidade do imperialismo no estado da Bahia, Raquel Silva apresentou mecanismos como a criação da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, em 1943, que promoveu a formação de estudantes brasileiros fora do país para o aprendizado do inglês e para a aproximação diplomática da Bahia com o governo americano, com o apoio financeiro no oferecimento de bolsas, tendo sido gerado no próprio governo de Washington (SILVA, 2017: 112). A Associação e a interlocução da imprensa baiana liberal com a fala legitimadora sobre a política e o modo de vida estadunidenses foram o ponto de partida para que a autora demonstrasse que o americanismo fincou raízes com a direita, na Bahia. Percebemos que os “americanismos” sustentados por Wilson Lins, um dos intelectuais mencionados em seu artigo, ou Thales de Azevedo e Anísio Teixeira, dos quais trataremos, eram de diferentes tons. Lins pareceu mais encantado e receptivo aos modelos de vida observados em Nova York. Os outros, demonstraram-se mais cautelosos na incorporação dos ideais estrangeiros na cultura brasileira, procurando um enraizamento mais aprofundado e calcado nas bases sociais nacionais.

As cartas de A. Teixeira a Archimedes Pereira Guimarães, de janeiro de 1926 a março de 1931, indicam que as aproximações entre Teixeira e a figura de Archimedes Guimarães foram de importância estratégica para ambos e nos revela a construção de uma rede intelectual que perdurou nas décadas seguintes. Archimedes Guimarães faleceu em 14 de julho de 1984, dia em que, segundo seu biógrafo⁵, viajaria para Salvador a fim de ser homenageado pelos seus 90 anos. Seu papel como educador na Bahia ficou fortificado após a parceria estabelecida entre ambos. Segundo Jorge do Nascimento, “Archimedes foi principal parceiro de Anísio Teixeira nas reformas do ensino que este último liderou

⁵ “Na Bahia, ele foi Diretor da Instrução Pública (1929-1931), secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, secretário da Fazenda, diretor da Escola Politécnica, sócio benemérito e presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, diretor da Escola Agrícola (1932-1935), vice-presidente da Associação Brasileira de Educação (1934- 1935), diretor da Escola Politécnica (1939-1944), diretor interino da Faculdade de Filosofia (1942-1944), diretor do Instituto de Tecnologia da Bahia (1949-1959), membro do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1957-1965), presidente da Associação Baiana de Educação, da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 3ª Região, do Conselho de Representantes da Escola Técnica de Salvador, da Comissão de Localização e Desenvolvimento Industrial da Bahia, do Rotary Clube da Bahia, da Telefones da Bahia S.A. – Tebasa” (NASCIMENTO, 2008: 2).

na Bahia, durante a primeira metade do século XX, tendo substituído o baiano quando este se afastou da Diretoria da Instrução Pública para estudar nos Estados Unidos da América” (NASCIMENTO, p.2-3). Liberal com contatos com o governo de Washington Luís em São Paulo, foi considerado por Nascimento como um nacionalista. A formação completada nos Estados Unidos e sua interlocução com a *Brazilian Student's Association* lhe garantiram recepção aclamada na Escola de Agronomia de Niterói.

A discussão sobre o americanismo presente nos textos de autoria de Anísio Teixeira, produzidos entre 1927-1934 foi realizada por alguns pesquisadores e estudiosos das reformas da educação. Vamos explorar em parte as correspondências entre o educador, durante sua formação em Colúmbia e Archimedes, quando este assumiu a Direção da Instrução de Educação na Bahia, no intuito de analisar sua postura frente à civilização estadunidense e os valores que buscou para as reformas que almejava na Bahia. Notamos que a literatura produzida sobre o tema tratou das versões sobre o americanismo ou como uma série de valores estadunidenses que reverberaram no ocidente, ou também como o culto de intelectuais brasileiros ao modo americano de viver, trabalhar e conceber a educação.

Anísio Teixeira fez referências à América em seus escritos particulares com algumas restrições. Admirador das posturas cosmopolitas europeias tanto quanto como anglófonas, não poupou críticas quando interpretou que o Brasil foi desrespeitado nas relações diplomáticas. A exemplo do ocorrido em um acidente aéreo no qual morreram 50 brasileiros e um norte-americano, Anísio Teixeira comentou em correspondência:

Ganhei, no último dia, uma nova definição de nacionalismo. Não foi porem com a reunião mas com o NYTimes de 25: tem a notícia do desastre da Real, com 51 mortos, em duas colunas, com o mapa da região (Bahia de Guanabara) onde caíra o avião e cerca de 200/300 palavras sobre o funcionario americano das Empresas Eletricas e nem uma palavra sobre os outros 50 selvagens que haviam morrido. Nem sequer o nome ou o titulo de algum. Nada. Somente o "american business man". Isto é nacionalismo. Um dia, chegaremos tambem a ser nacionalista como o NYTimes (TEIXEIRA, 28/06/1960).

O educador quase sempre se destacou nas redes de intelectuais com as quais dialogava. Além de pensar sobre as necessidades da escola pública no Brasil, pela via da colaboração com os ideais americanistas para realizar as reformas, Teixeira foi um

interlocutor político. O seu americanismo guarda mais que admirações a modelos, mas convoca estratégias políticas, abraçadas por disputas locais a respeito da democracia e suas formas de representatividade do público e do privado.

Ao assegurar a Archimedes Guimaraes o seu papel como educador e possível diretor da escola Agrícola de São Bento das Lajes (São Francisco do Conde, Bahia)⁶, em 1926, os laços estreitaram-se (TEIXEIRA, --/01/1926)⁷. Sugerindo ao amigo que ficaria mais tempo na “América” no ano seguinte, quando Teixeira realizou um curso geral de educação e métodos de ensino, o intelectual baiano lhe informou que se tornou sobretudo um agente facilitador dos acordos de compra de materiais, como carteiras para as escolas do interior, mas também de intercâmbio de ideias sobre civilização, democracia, educação e reformas. Ao referir-se ao governo de Góes Calmon, o educador revela:

Mas, a América me vai parecendo tão surpreendentemente aproveitável, a oportunidade de cursos é aqui tão única e exclusiva, sobretudo em educação, que vou pensando com certa insistência em uma estada mais prolongada neste país. É um projeto que não tenho ainda a coragem de propor ao dr. Calmon. A idéia de não estar na Bahia, quando o seu governo (x) concluir o período constitucional é para mim de difícil aceitação. Afinal, não é delicado, depois de acompanhar, em um importante departamento, toda a atividade do atual governo, em condições de tão excepcionais privilégios, como V. sabe, não me achar aí por ocasião do encerramento desse ciclo tão significativo da administração baiana (TEIXEIRA, 29/07/1927).

144

A leitura que Anísio Teixeira fazia da “prosperidade americana” se enraizou na Bahia e por onde atuou. Enviou materiais em inglês para amigos no Brasil, aparelhos para servirem de modelo para implantação em escolas do interior (brinquedos de parque, carteiras), fazia comparações com as estratégias de modernização do ensino no México, na época melhor recebidas em Colúmbia como táticas vencedoras. Alguns desentendimentos podem ser visualizados nos textos das cartas, quando Teixeira critica a

⁶ Sobre a escola Agrícola e o ensino agrícola na Bahia ver Nilton Araújo. O IIBA – Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Segundo Araújo, a escola agrícola formou engenheiros agrônomo no intuito de disputar os interesses das oligarquias do recôncavo na produção frente ao domínio do Sudeste.

⁷ Vale ressaltar que, como a documentação do IBCTI foi organizada por destinatários, a conexão entre ambos fica facilmente localizável, porém, nota-se algumas fissuras em contatos nos quais as relações pessoais parecem ficar estremeçadas com a interferência das concepções políticas que estavam em jogo. Anísio Teixeira aponta ao correspondente problemas de administração da educação pública, como as suas intenções em “modernizar” o ensino técnico com mudança de pessoal, ou de postura deste mesmo pessoal frente às suas visões.

falta de discrição do amigo em revelar ao governo Calmon passagens das suas correspondências que mostravam escolhas políticas, que ele considerava como debate do âmbito privado. Percebemos que o conjunto de compras feitas por Anísio, destes materiais (escolares), gerou custos dos quais o então governador Góes Calmon discordou, mas adiante fora facilitado por Otávio Mangabeira, à frente do Ministério das Relações Exteriores entre 1927-1931, no governo Washington Luís.

No mesmo ano, quando Anísio pretendeu realizar outros cursos em Colúmbia, escolheu matérias que foram “especialmente organizadas para alunos estrangeiros” e seu papel político se consagrou quando iniciou uma série de proposições para a reforma da educação na Bahia. Os métodos de ensino e as concepções de civilização que Anísio apreendia o influenciaram nas escolhas posteriores, quando sugeriu trocas de gestores ou novas estratégias para aproveitamento do pessoal da educação no estado.

Archimedes Pereira era pesquisador da aviação, e Anísio não deixou passar, em um de seus comentários, a sua admiração e a leitura que fazia a respeito da prosperidade na nação estadunidense, a “América”, pela via do investimento em estudos e trabalho, no seu ponto de vista, algo que não havia encontrado na Bahia de até então. Muito elogioso das oportunidades, atem-se muitas vezes ao assunto da educação, dos métodos, das formas pelas quais os professores ministravam as aulas em Colúmbia.

145

E se quisermos um exemplo, não será bastante o desperdício de bravura com que os americanos estão tentando os últimos progressos em aviação? Já se eleva hoje a mais de duas dezenas o número de aviadores que estão perdidos no oceano, sem notícia, como se perdiam os primeiros navegadores no início do século em que uma febre semelhante atirou os homens para a conquista do mar. As lições de idealismo que recebo na América são as maiores que tenho recebido em minha vida (TEIXEIRA, --/08/1927).

Ao término de governo de Góes Calmon, o governo da Bahia já lhe creditava posição de destaque na escolha de referenciais teóricos e métodos e técnicas para a expansão do ensino público na Bahia. O retorno para o país, para os estudiosos de sua obra, inicia nova fase em relação ao modelo de profissionalização e amadurecimento do sistema educacional. Teixeira viria então, a afastar-se de concepções católicas e inserir-se em estratégias de laicização e expansão da função educadora do Estado. Convidado para assumir a Diretoria de Instrução Pública no distrito federal, teve carreira perseguida

no contexto do governo Getúlio Vargas, e em 1946, retorna com força ao cenário político como Ministro convidado por Clemente Mariani.

Apesar de grande admiração inicial em torno da educação americana, Teixeira também denunciou os problemas enfrentados pelos alunos estrangeiros em Colúmbia. Ainda assim, a carência de pesquisas e de pessoal especializado foi objeto de crítica em suas cartas, quando mencionou amplamente o risco de “burocratização” da educação que se implantava no estado e o sentido pragmático e efetivo da atuação dos métodos americanos de educar. Levou diversas traduções e obras para colegas e professores em Nova York e facilitou contatos. Finalmente, em trecho bastante conhecido, Teixeira resume sua experiência naqueles anos:

Da América levarei, sobretudo, a independência e liberdade de inteligência que os meus últimos estudos me deram. Mais do que da educação foi dessa viril e humana filosofia moderna que me ocupei nesses meses tão rápidos e tão intensos que aqui vou passando. A definitiva aceitação de uma atitude científica na explicação de todos os fenômenos da vida não só me deu uma rara tranquilidade intelectual, como ainda um programa de ação (TEIXEIRA, 04/04/1929)

146

Até a sua atuação no governo de Otávio Mangabeira, ressalte-se a sua discussão sobre a UNESCO – Organização da Nações Unidas pela Ciência, Educação e Cultura. Em carta a Monteiro Lobato, Teixeira disse: “Deixo uma vida privada que começava a ser interessante e vou ser funcionário intelectual do que você chama o cérebro do mundo. Serei um pouco office-boy desse cérebro se ele chegar a ser mesmo cérebro” (TEIXEIRA, 29/01/1927). Adepto de posturas democráticas reforçadas no final da Segunda Guerra, repensou o papel do órgão frente a produção científica brasileira e aceitou colaborar com a mesma, vindo a desistir depois, de acordo com carta escrita em seguida a Monteiro Lobato, não assumindo a Unesco em 1947.

A UNESCO é, ao mesmo tempo, uma obra tardia e uma obra prematura. É esta a sua contradição essencial. Tardia porque, de muito, o mundo pedia um centro intelectual para unificação de sua experiência e direção do seu progresso. A UNESCO devia ter começado a existir desde o dia em que Galileu revelou àqueles bobalhões medievais o método experimental. Criado o método científico, a UNESCO era uma necessidade, para aplicá-lo, para

dirigir os resultados da sua aplicação à vida. Em vez da UNESCO, tivemos, porém, uma ciência e uma inteligência nacionais e nacionalistas até a apoplexia finalhitleriana. Então, os homens acordaram para a UNESCO. Dentro do pesadelo da catástrofe revelaram-se generosos e lúcidos. Mas o pesadelo passou (idem, ibidem)

Ao assumir a Secretaria de Educação, Anísio passou a gerência daquela tarefa de fomento à pesquisa sobre a Bahia para Thales de Azevedo. Considerado por Gilberto Freyre como um “antropólogo sociocultural”, um “homem que se tornou instituição”, pela posição aglutinadora que assumiu, o médico baiano capitalizou as iniciativas de pesquisa no campo da sociologia e da antropologia, no Museu Nacional e em Nova York para fomentar na Bahia uma entrada na esteira das publicações sociais (FREYRE, 1984, p.5). O intento de produzir ciência social na Bahia fez com que Thales de Azevedo enumerasse aos pesquisadores estrangeiros as qualidades e objetos possíveis para estudo da realidade do estado. Thales menciona que

Um jovem historiador de conhecida universidade estadunidense, que veio à Bahia em busca de elementos para história da medicina, escreveu a meu pedido, em 1981, depois de um ano entre nós conversando, indagando e vendo as coisas em torno de si e da esposa, carta em que confessa que aprendeu muitas lições na Bahia que os americanos absorvem em trabalhar, em aproveitar o tempo, em se realizarem, deveriam aprender para serem mais felizes e menos preocupados com as coisas materiais e consigo mesmos: precisariam assimilar o ‘sense of play’ ! o sentido de brincar (sic) que tanto falta a seus conterrâneos e lhe parece tão atraente nos baianos, e o nosso modo de se relacionarem as raças e as idades (AZEVEDO, 1984: 17).

147

Redes de intelectuais e a formação do acordo bilateral Programa de Estudos Sociais Estado da Bahia/ Colúmbia University

O Projeto Colúmbia pode ser diretamente interligado à relação de Anísio Teixeira e outras personagens, como Thales de Azevedo, aos estudos já realizados no Brasil por Charles Wagley, Donald Pierson, com os grupos de leitores e pesquisadores sobre o Brasil em Nova York. Os estudos sobre o Projeto Colúmbia (CASIMIRO, MAGALHÃES & LOMBARDI, 2013) apontaram para a trajetória de Thales de Azevedo e Anísio Teixeira

nestas conexões, como podemos encontrar outros estudos que já apontam para diferentes percursos de intelectuais junto aquela iniciativa. Ficou claro que estas agendas de pesquisa se ligaram com a movimentação, no governo da Bahia, de investigação das tradições e costumes das populações do estado, em prol de levantamento de potencialidades desenvolvimentistas.

Segundo José Rubens Mascarenhas de Almeida,

A escolha das comunidades a serem pesquisadas refletia uma estratégia pródiga para o capital: região cacaueteira baiana (Uruçuca); Chapada Diamantina, região cuja história econômica se fundou na mineração (Rio de Contas); uma comunidade do sertão árido (Monte Santo), com experiências de agricultura e subsistência; e o Recôncavo, zona de histórica produção canavieiro-açucareira. A pesquisa – sob o método de Estudos de Comunidades – pode ter tido caráter etnológico, mas servia também a interesses econômicos nativos e estrangeiros (ALMEIDA, 2013: 22).

148

Segundo o mesmo, o Projeto Colúmbia foi elemento de conexão entre objetivos vinculados à “recomposição capitalista em escala mundial” (ALMEIDA, 2013: 35), mas cabe ainda analisá-lo no âmbito do “americanismo” presente na fala de brasileiros e do quadro de acadêmicos norte-americanos que para cá vieram.

Pensamos, portanto, nos mediadores das “falas” dos pesquisadores estrangeiros do Brasil, no pós-guerra. Para estes personagens, as versões estrangeiras, neste momento, foram consideradas mais autorizadas. Os intelectuais baianos, como exemplo, foram aclamadores de percepções sobre a realidade nacional que eram diferentes daquelas que lhes colocavam em segundo plano no cenário científico brasileiro. Desconfiamos que, os anfitriões brasileiros muitas vezes estavam tão, ou até mais interessados em uma leitura de democracia e de desenvolvimento que oferecesse novas armas ideológicas para solucionar questões domésticas sobre a produção da ciência e da disputa de poderes políticos, do que repetindo o papel proeminente do imperialismo e dos interesses norte-americanos na região. As duas pontas deste novelo precisam ser atadas para que encontremos uma visão menos dicotômica do papel do americanismo nas relações intelectuais do Brasil. Ainda que a política imperialista fosse sem dúvida o terreno mais amplo e aprofundado da movimentação dos sujeitos, a conjuntura pós-guerra proporcionou aos intelectuais integrados nas agências de saber, tais como o Projeto

Colúmbia, ou a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1951), uma melhor movimentação em prol de interpretações de “Brasil”, que lhes fossem mais favoráveis ao se assegurarem no campo vencedor da disputa ideológica, afirmando os Estados Unidos no topo da condução da civilização ocidental.

José Mascarenhas Almeida (2013) nos mostrou como o contexto de implantação do Projeto Colúmbia na Bahia foi sintomático do aprofundamento do capitalismo norte-americano no Brasil. Também, aquela academia californiana era destacada na formação de lideranças políticas, comprovação que encontra inclusive com a ida de Eisenhower, antigo reitor da instituição, para o executivo, no final da década de 1950. Sobressaindo toda a conjuntura do pós-Guerra no domínio da estratégica para a tomada de iniciativas de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos que beneficiassem este último sobremaneira, o autor não chegou a discutir os mecanismos de ampliação destas ações no campo do saber, no qual está locado o Colúmbia (projeto) e os sujeitos que o realizaram. Segundo Almeida:

O imperialismo moderno não se restringe à aquisição de colônias, à ações políticas e militares de determinados governos no sentido de proteger interesses de sua classe dominante. É algo muito mais complexo. Além disso, constitui-se uma inter-relação que envolve as atividades econômicas – doméstica e externa – da indústria – desde as produtoras de bens duráveis e de processamento de alimentos até a bélica -, ações militares, diplomacia internacional e investidas do capital financeiro com vistas a garantir o funcionamento normal do sistema capitalista (2013: 12).

Os textos dos acadêmicos envolvidos no projeto foram tratados por Mascarenhas, por exemplo, em conjunto, como relatórios de estudo. Mais adiante, na mesma coletânea, encontramos outros especialistas que fizeram análises de monografias e desdobramentos dos estudos feitos junto ao Programa. A participação institucional de Anísio Teixeira, é discutida por Mascarenhas, que observou no seu ensaio como o educador incorporou as referências norte-americanas de educação, como no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Então, para ele, sendo Teixeira um dos idealistas do Projeto Colúmbia, em 1950, como secretário no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), seu pensamento foi retomado desde esta obra, como marca indelével do Programa, sob a responsabilidade direta de Thales de Azevedo.

As ações do governo, juntamente com o Viking Fund⁸ possibilitaram a vinda de Charles Wagley⁹. O papel das agências privadas que deram suporte aos grupos de pesquisa nos Estados Unidos também precisa ser destacado, pois os pesquisadores, como Benjamim Zimmermann e Marvin Harris cobriram suas despesas com bolsas ou, no caso de Harry Hutchinson, auxiliado pela Doherty Foundation que entraram diretamente em acordo com o estado da Bahia. Este último pesquisou as áreas de plantações e indústria açucareira no recôncavo¹⁰. O mesmo foi recebido por empresários e lideranças locais, para que o trabalho empírico ocorresse¹¹, metodologia indicada no panfleto produzido por Thales de Azevedo e Charles Wagley em 1949.

O material de apresentação do projeto foi preparado para a reunião do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido em Washington em outubro de 1950. Da Bahia, o Museu do Estado foi representado por José Valladares, também membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (ATAS..., 1953: 15). O material foi divulgado no A Tarde, de 1950 (A TARDE, 17-10-1950). Segundo o mesmo, o Programa seria um acordo protagonizado pela Secretaria de Saúde e Educação, que convidou Charles Wagley para dirigir os trabalhos de investigação antropológica de algumas comunidades da Bahia, como amostragem de sua realidade social, desde que o mesmo já havia se apresentado com interesse nos temas da sociedade baiana. Este, através do suporte do Conselho de Pesquisa de Colúmbia e do *Viking Fund*, uniu-se a Luís A. Costa Pinto, da Universidade do Brasil, a Eduardo Galvão, do Museu Nacional, para dar início ao empreendimento. Foi a fundação Rockefeller e o *Social Science Research Council* que facilitaram a vinda dos pesquisadores, com os pagamentos em dólar, enquanto o governo

150

⁸ Fundado em 1941, nos Estados Unidos, como fonte de financiamento e premiações específicas no campo da antropologia, publicações, também em estudos linguísticos e etnográficos, sob iniciativa da empresa de Axel Wenner-Gren. O assunto poderá ser aprofundado em literatura específica. Ver DELPAR, 2008.

⁹ Charles Wagley, antropólogo da Universidade de Colúmbia foi considerado o maior brasilianista de seu tempo, com diversas publicações no campo, voltadas para a pesquisa sobre indígenas no Nordeste e no Amazonas, atuou como etnógrafo precursor juntamente com Donald Pierson na pesquisa de localidades a partir do conceito de “estudos de comunidades”. Atuou como coordenador em Colúmbia do convênio com o governo da Bahia e escreveu sobre o Programa de pesquisas ao lado de Thales de Azevedo. Ver PACE, 2014.

¹⁰ “My participation in the Project was made possible through a grant from the Henry L and Grace Doherty Charitable Foundation and through additional financial aid from the Department of Anthropology, Colúmbia University. To the men and women of these organizations I owe a deep debt of gratitude” HUTCHINSON, Harry William. *The American Ethnological Society (A monograph from the research and training Program for the Study of Man in the Tropics). Village and Plantation Life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957”. HUTCHINSON, Harry William (1957).

¹¹ LEEDS Antony (1957). Retornou ao Brasil em 1965 e 1966 através do financiamento da *Social Science Research Council* and *Ford Foundation Funding*, para estudar comunidades do Rio de Janeiro. Menciona que suas pesquisas na área do recôncavo contaram com a colaboração direta dos diretores da Companhia Magalhães, do diretor da Usina Terra Nova, do Dr. Temístocles Monteiro, do diretor da Usina Aliança, do Dr. Helenauro Sampaio, de engenheiros, como o da Usina São Carlos, do Dr. Augusto Vilas Boas

do estado da Bahia financiaria os custos locais, facilitando estadias e o acesso dos pesquisadores aos materiais. Depois de levantamentos de pesquisa feitos por Thales de Azevedo e de reuniões em Nova York, no Rio de Janeiro e na Bahia, as ‘comunidades’ foram selecionadas para o início dos trabalhos de campo. Costumes, tradições, população, dados sobre a educação, observações etnográficas, aparelhos políticos foram parte de estudos diferentes apoiados pelo Programa. Iniciado em julho de 1949, seguiu-se até 1951 e foi protagonizado a princípio pelo antropólogo Charles Wagley, o primeiro deste hall “brasilianista” a se engajar nos trabalhos de campo no estado – tais quais os já iniciados na Amazônia, ou na região sudeste por Donald Pierson – e ícone para as escolhas no campo da sociologia, feitas por Thales de Azevedo, como ressaltadas por Luis A. Costa Pinto. Para ele, mais do que uma pesquisa no setor das instituições e da economia, era preciso discutir “a Bahia como área das relações humanas, como estrutura social, de cujo ao mesmo tempo resulta – ao mesmo tempo agente e produto – o que se poderia chamar de homo bahienses” (COSTA PINTO, 1950)

Houve um limite, portanto, naquele que seria o esperado pelo mesmo e o que foi produzido pelos estudantes em processo de doutoramento, obviamente, cada qual ao seu perfil acadêmico e escolhas no campo da Antropologia e da História. Mas, estava claro nas metas estabelecidas na apresentação do projeto, a busca pelos exemplos “progressistas” de superação das condições econômicas consideradas tradicionais e atadas a um passado monocultor e agrícola em determinadas regiões delineadas no plano. O panfleto explicita que: “O fim principal do presente programa de pesquisas é proporcionar aos administradores um conhecimento objetivo da vida rural contemporânea e das tendências para mudança” (COSTA PINTO, 1950)

Os perfis acadêmicos, apesar de muito próximos não podem ser vistos como uma resultante comum e burocrática de trabalho para o projeto. Na rede de aproximação entre intelectuais engajados na política da Bahia através do governo Mangabeira, com circuitos acadêmicos estadunidenses em prol de uma compreensão diferenciada no campo das pesquisas sociais sobre o estado, retomamos como fio condutor a figura de Anísio Teixeira. Encontramos traços que intercalam visões próximas daqueles que visaram o Projeto aqui discutido.

O projeto de enraizamento das ciências sociais na Bahia contou com os estudos sobre a Bahia feitos por estrangeiros e por explicações centradas no Sudeste, como a busca de uma via de locução direta e internacionalista com os pesquisadores, via legitimação do valor baiano junto as ciências sociais no país. Para Azevedo, o Programa

de Estudos Sociais do Estado da Bahia (1949-1951) consagrou um modelo de pesquisa científica engajada e, ao mesmo tempo, amadurecida, pois ao sair do campo especulativo, teria realizado andanças e contatos diretos, o que também foi fruto de seu intento enquanto política que objetivava resultados racionais para a realidade social do estado (AZEVEDO, 1984).

O seu projeto ampliou-se, ao buscar um suporte editorial, como ocorreu em 1969 com a publicação de uma compilação das cartas de Vilhena, intitulada “A Bahia no século XVIII”. Em algumas publicações sobre a Bahia nos anos 1950, a presença de John Friedman, membro da O. E. A. e articulador de debates sobre planejamento urbano no Brasil foi constante. Friedman foi fundador de um grupo de trabalho, montado pela Comissão de Planejamento Econômico, em 1961 na Bahia, para analisar “o problema da pesquisa na Bahia”. Daí surgiu um grupo composto por Nelson Sampaio, Lafayette Pondé, Renato Mesquita, A. L. Machado Neto, que, de acordo com a Portaria número 55 de 1961, governo da Bahia. O I. C. S. – extinto com a Reforma Universitária de 1964 – foi montado com membros permanentes, entre estes alguns partícipes do “Projeto Colúmbia”, como ficou conhecida aquela iniciativa de 1950, tais como o próprio Wagley, Rollie Poppino e “autoridades” no campo das ciências sociais, como Donald Pierson, Roger Bastide, J. Melville Hersckorvits, Ruth Landes, para citar alguns, apontando para a importância do grupo montado no Projeto Colúmbia para a consagração das ciências sociais no estado e nos seus programas de pesquisa subsequentes.

Daqueles pesquisadores envolvidos na primeira fase do projeto, o único material resultante que se tornou fruto de tradução para circulação nacional foi a tese de Rollie E. Poppino, “Princess of the Sertao”, traduzida apenas como “Feira de Santana” e publicada pela editora Itapuã em 1968, na coordenação também de Thales de Azevedo e traduzida por Archimedes Pereira Guimarães, parceiro incontestado dos empreendimentos de “modernização” empreendidos na Bahia, principalmente no governo de Otávio Mangabeira, cujas aproximações já encontramos nos tratos com Anísio Teixeira e com o próprio governador.

Com a finalização das primeiras iniciativas, o programa depois foi vinculado ao Departamento de Educação da Bahia, sob a responsabilidade da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. “Do grupo de estudantes norte-americanos, quatro concluíram seus doutoramentos, com teses baseadas nos estudos realizados na Bahia, dedicando-se igualmente à carreira de investigação sócio-cultural e ensino universitário” (AZEVEDO, 1984: 75). Após a fundação da UNESCO, somaram-se as produções, em

resultados teóricos, didáticos, ou “obras”, como classificou Thales de Azevedo. Deslocando o debate, posteriormente, para situações de “tensão social”, com a coordenação de Arthur Ramos, a Divisão de Ciências Sociais encontrou novas políticas de pesquisa e fomento e novos contatos brasilianistas ao longo dos anos 1950 e 1960.

Outros resultados seriam a fortificação, nos Estados Unidos, entre as instituições envolvidas com a pesquisa no Brasil de convênios, como o Programa de treinamento de Campo, vindo de acordo entre “as universidades norte-americanas Colúmbia, Havard, Cornell e Illinois. Este centro funcionou em áreas do interior do estado em 1960 sob a direção de M. Harris em 1962 com Carl Withers, em 1964 com Thales de Azevedo” (AZEVEDO, 1984: 75). Para o estudo sobre a repercussão nas próprias comunidades estudadas, nas monografias brasilianistas produzidas entre 1949-1951, já se reúnem algumas pesquisas dedicadas ao tema, pois cabem iniciativas diversas para o entendimento das memórias, análises e estudos que se desdobraram desde então, no campo do trabalho, da educação e da saúde.

Considerações finais

153

Havia um estratagema liderado pela articulação de Thales de Azevedo, Luiz A. Costa Pinto e Anísio Teixeira, em associação com o governo da Bahia, para aproximar os pesquisadores brasileiros dos norte-americanos. Este seria o *staff*, termo utilizado pelos mesmos pesquisadores na época, que lhes permitiria expandir e fortificar suas conclusões sobre a sociedade baiana e sua importância na compreensão das relações sociais no país. Daí em diante, as pesquisas realizadas em povoados baianos e em outros estados do nordeste, em comunidades na zona urbana e rural, foram protótipos para a consolidação de grandes teorias a respeito da convivência entre populações consideradas diferenciadas – pela cor, pela origem social – na democracia. Tal tema era de grande interesse para a agenda norte-americana do pós-guerra e, ao mesmo tempo, garantiu aos pesquisadores baianos uma âncora nos maiores centros de estudo sobre o tema no continente.

Fontes

ATAS do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (1953). The Vanderbilt University Press, Nashville, p.335 v.

- BERENGER, César sd. Arquivo da Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia, Acervo Otávio Mangabeira, série correspondência, Folha OM 3130.
- CORREIO DA MANHÃ* (1950). Hemeroteca digital, Arquivo Nacional. 5 de novembro, p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- COSTA PINTO, Luis A (1950). Pesquisas Sobre a Bahia. *Jornal A Tarde*, Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, série periódicos, acervo digital, Salvador, 17 de outubro.
- COSTA PINTO, Luis A. WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales. Uma Pesquisa Sobre a Vida Social no Estado da Bahia. Publicações do Museu do Estado. N 11. Secretaria de Educação e Saúde. Bahia, 1950, p.20. Biblioteca da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana.
- KELLY, Prado 1949. Correspondência de Prado Kelly a Otávio Mangabeira. Arquivo da Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia, Acervo Otávio Mangabeira, série correspondência, Folha OM 3132, 26 de agosto.
- LEEDS Antony (1957). "Economic Cycles in Brazil. The Persistence of a Total – Cultural Patter: Cacao and Other Cases" Arquivo do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Projeto Revisitando o Projeto Colúmbia, Caixa 2, P1, D3.
- MANGABEIRA, Otávio (1951), Relatório Confidencial para o Dr. Simões Filho. Arquivo da Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia, Acervo Otávio Mangabeira, série correspondência folha OM 3095, 20 de abril.
- MANGABEIRA, Otávio (1948). Correspondência de Otávio Mangabeira a Berenguer Cesar, Arquivo da Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória da Bahia, Acervo Otávio Mangabeira, série correspondência, folha OM 3073, 14 de setembro.
- NOTICIÁRIO (1954). *Revista de Antropologia*. Universidade de São Paulo, v. 2, n. 1, junho de 1954, pp 77-84. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8374/557>>. Acesso em: 24 fev. 2017
- A batalha da sucessão atinge seu ponto culminante (1949). *Jornal A Tarde*, Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, série periódicos, acervo digital, 10 de julho, p. 1
- Grande expectativa em torno do encontro de hoje no Ipitanga (1949). *Jornal a Atarde*, Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, série periódicos, acervo digital, 10 de abril, p.1
- Pesquisas Sobre a Bahia (1950). *Jornal A Tarde*. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, série periódicos, acervo digital, 17 de outubro, p.3
- TEIXEIRA, Anísio. (1960) Carta a Alberto Venâncio Filho, Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, 28 de junho. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- TEIXEIRA, Anísio. (1947) Carta a Monteiro Lobato, [a bordo do Queen Elizabeth], Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, 29 de janeiro. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/cartas/lobato2.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- TEIXEIRA, Anísio. (1926). Carta de Anísio Teixeira a Archimedes Pereira Guimarães Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 12 de agosto de 2016

- TEIXEIRA, Anísio. (1927) Carta de Anísio Teixeira a Archimedes Pereira Guimarães. Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, 29 de julho. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- TEIXEIRA, Anísio. (1927) Carta de Anísio Teixeira a Archimedes Pereira Guimarães, Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, sd. Agosto. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- TESES. Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Projeto Revisitando o Projeto Colúmbia, Caixa 2, P1, D3.; Caixa 2, P1, D1

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de (2013). O Projeto Columbia University e o Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro: uma relação sintomática. In CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. *Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o Desenvolvimento Nacional*. São Paulo: Alínea.
- ANDERSON, Perry (2015). *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Boitempo.
- AZEVEDO, Thales de (1984). *As ciências sociais na Bahia. Fundação Cultural do Estado da Bahia*.
- CANCELLI, Elizabeth (2008). Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. *Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia*, vol. 10, n. 16.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha & LOMBARDI, José Claudinei (2013). *Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o Desenvolvimento Nacional*. São Paulo: Alínea.
- DELPAR, Helen. *Looking South: The Evolution of Latin Americanist Scholarship in the United States. 1850-1975*. The University of Alabama Press: Tuscaloosa, Alabama, 2008
- FREYRE, Gilberto & AZEVEDO, Thales de (1984). *As ciências sociais na Bahia*. Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- GRAMSCI, Antônio (2007). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. 2 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA, Aruã Silva de (2009). *Uma Democracia contra o povo. Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1827-1946)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (2008). O Engenheiro e o Memorialista: Archimedes Pereira Guimarães e a Química como Visão de Mundo. *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/122.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2017
- NEGRO, Antonio Luigi (2012). *Caminhos da areia: política, coexistência e conflito em Salvador*. *Tempo*, vol. 18, n. 33, pp. 141-164.
- PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 3, pp. 597-615, set.-dez. 2014.
- SILVA, Raquel Oliveira (2017). A imprensa baiana e o americanismo na Segunda Guerra (1942-1945). *Faces da História*, vol.1, n. 1, pp. 106-123, jan.-jun.

TOTA, Antonio Pedro (2000). *O imperialismo sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo recebido em 16 de agosto de 2018.

Aprovado em 24 de outubro de 2018.

DOI:10.12957/intellectus.2018.38975